

Ata 12/2018
da reunião do Conselho Pedagógico de 25 de outubro 2018

Ao vigésimo quinto dia de outubro de dois mil e dezoito, pelas quinze e trinta minutos, teve início a reunião do Conselho Pedagógico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, presidida pela Senhora Presidente do Conselho Pedagógico, Professora Doutora Sílvia Alves, e secretariada pelo discente João Abreu de Campos, regularmente convocada nos termos do artigo 58º, n.º 1, dos Estatutos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Período antes da ordem do dia (PAOD);
2. Aprovação das atas;
3. Calendário de testes escritos de avaliação contínua para o 1.º semestre da Licenciatura em Direito;
4. Regulamento de Mestrado e Doutoramento: aplicação no tempo e fórmula de cálculo da média final do curso de mestrado em Direito e Ciência Jurídica;
5. Conselho de Utilizadores da Biblioteca;
6. Queixa Pedagógica;
7. Regulamento de Avaliação da Licenciatura;
8. Outros assuntos.

Estiveram presentes enquanto membros docentes, para além da Senhora Presidente, Prof.^a Doutora Sílvia Alves: a Prof.^a Doutora Miriam Afonso Brigas, a Prof.^a Doutora Sandra Lopes Luís, o Prof. Doutor João Gomes de Almeida, o Mestre Jorge Silva Sampaio; e, enquanto membros discentes, além do Secretário João Abreu de Campos: Luana Pinto Maia, Dr. Pedro Gonçalo Farmhouse, Gastão Lorena de Sèves, Maria Saias, Prof. Doutor Tiago Carneiro, Simão Ribeiro Póvoa e Dr. Francisco Salsinha.

Os Senhores Professores António Barreto Menezes Cordeiro e Renato Gonçalves, bem como o Dr. João Serras de Sousa apresentaram justificação de faltas para a sua ausência no plenário.

O discente Gonçalo Cordeiro, Vogal do Conselho Pedagógico da AAFDL, esteve presente na reunião, nos termos do artigo 58º, n.º 2, dos Estatutos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em representação da AAFDL.

1. Período Antes da Ordem do Dia (PAOD) & Requerimentos

A Senhora Presidente, Prof.^a Doutora Sílvia Alves, deu início à reunião e informou os conselheiros de uma comunicação referente ao modelo de avaliação da unidade curricular optativa regida pela Senhora Prof. Doutora Isabel Graes. Considerando que a comunicação alude à unidade curricular de História do Pensamento Jurídico e “Legal History”, sendo que esta última nomenclatura que não tem correspondência com o plano curricular da Faculdade, a Senhora Presidente referiu a necessidade de aguardar ulterior esclarecimento da Senhora Professora.

Requerimentos:

A Senhora Presidente considerou que, relativamente aos requerimentos que são apresentados para apreciação do plenário, o Conselho Pedagógico deve pautar a sua atuação por forma a não invadir as atribuições dos demais órgãos de governo da Faculdade e a competência dos serviços, manifestando ainda a sua posição no sentido de que o Conselho deverá sempre evitar o tratamento *ad hoc* de casos concretos e portanto o risco de tratamento diferenciado dos Alunos, para além do escrupuloso respeito pelas normas vigentes.

A Senhora Presidente aludiu ainda à execução da deliberação sobre a realização de um Exame de Direito Romano, lembrando ser necessário aos serviços um suporte formal da mesma. Exarada em ata a deliberação, o texto da mesma será suficiente para sanar a dificuldade.



O Conselheiro discente João Abreu de Campos interveio, reforçando a apresentação dos requerimentos já submetidos ao plenário e referentes à realização de duas provas orais de melhoria por um aluno. Procedeu-se a uma breve discussão onde se relevou o carácter excecional e portanto justificado da situação descrita e o plenário entendeu deferir o pedido, por unanimidade. Junta-se o extrato da ata aprovado na reunião:

EXTRATO DA ATA – DELIBERAÇÃO DE REQUERIMENTO

«Na sua reunião de dia 25 de outubro de 2018, no que tange aos requerimentos endereçados ao órgão pelo aluno Filipe Afonso Henriques Rocha, Aluno n.º 56837, o Conselho Pedagógico deliberou o seguinte:

Considerando a disponibilidade dos Senhores Professores Regentes em causa e o caráter excecional da situação descrita o Conselho Pedagógico concorda com a realização das provas de melhoria em causa»

A Conselheira discente renunciante, Dra. Joana Costa Lopes, que esteve presente no início da reunião, agradeceu ao Conselho a amabilidade que sempre lhe foi dispensada, despedindo-se afetuosamente de todos os Conselheiros. A Sra. Prof. Doutora Miriam Afonso Brigas agradeceu pessoalmente o inestimável contributo da Dra. Joana Costa Lopes, estendendo amáveis palavras de cumprimento e orgulho nesta nova docente da “casa”. A Senhora Presidente renovou, com muito afeto, o seu agradecimento, em nome do Conselho, pelo extraordinário empenho e trabalho desenvolvido, subscrevendo todas as palavras endereçadas à agora ex-conselheira discente. A Dra. Joana Costa Lopes ausentou-se da reunião pelas 16 horas.

Outros assuntos do PAOD

Prosseguindo-se o Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD), a conselheira discente Luana Pinto Maia inquiriu sobre a reunião realizada na Reitoria e sobre a qual nem todos os Conselheiros, docentes e discentes, haviam sido informados. Questionou ainda sobre o número de reuniões realizadas, a ordem de trabalhos das mesmas e os critérios de seleção dos representantes do Pedagógico, uma vez que o conselheiro discente



que representou o corpo discente do Conselho não havia sido escolhido pelos próprios conselheiros discentes.

A Senhora Presidente informou o Conselho que a reunião decorreu no âmbito do processo de avaliação da Universidade de Lisboa. A programação das reuniões e a indicação dos participantes nas mesmas foi definida pelos órgãos competentes. Na reunião em que participou este presente enquanto Presidente do Conselho Pedagógico, acompanhada do Dr. Pedro Farmhouse, enquanto Conselheiro discente. Idêntica representação esteve presente para outras Faculdades. Informou ainda o Conselho sobre as questões colocadas pelo painel de avaliadores, assim sobre as respostas e informações prestadas.

O discente Doutor Tiago Carneiro referiu que também ele havia estado presente em representação dos estudantes numa reunião, por indicação que recebeu através do secretariado da Direção da Faculdade, esclarecendo o Conselho sobre a mesma.

O discente Dr. Pedro Farmhouse, que participou na referida reunião que decorreu na Reitoria, informou igualmente o Conselho, detalhando as várias questões colocadas e as informações prestadas.

A discente Luana Pinto Maia insistiu para que, de futuro, haja mais transparência e democraticidade na escolha dos conselheiros discentes presentes em idênticas reuniões, pedindo que das mesmas seja sempre dado conhecimento.

O Vogal do Pedagógico, Gonçalo Cordeiro, pediu que constasse da ata a sua crítica ao método de seleção do conselheiro representante dos alunos, defendendo que o mesmo deveria ter sido indicado pelos conselheiros discentes ou, pelo menos, com o seu conhecimento, tendo considerado o procedimento pouco institucional.

O discente Doutor Tiago Carneiro interveio, na sequência do Vogal do Pedagógico, referindo que nada justifica a intervenção do Vogal em representação da AAFDL, ilustrando que bem mais preocupante que um lapso comunicacional entre o conselheiro discente escolhido e os demais colegas conselheiros é a impreparação do Presidente da AAFDL quando representa os alunos nas reuniões em discussão.

A Senhora Presidente apelou ao recentrar do foco da reunião nos demais assuntos agendados, no que teve a concordância de todos.

A discente Luana Pinto Maia informou o Conselho que uma subturma de Teoria Geral de Direito Civil I havia comunicado e manifestado a sua preocupação ante o fato de uma docente das aulas práticas ter alterado o horário atribuído para as mesmas, o que obsta à presença de muitos. O Doutor Tiago Carneiro referiu que já havia falado com os alunos da subturma em causa e que a intenção destes não era apresentar queixa da conduta do docente, mas apenas procurar sanar o problema, sugerindo o Conselheiro a necessidade de contratação de assistentes que não tenham afazeres profissionais coincidentes com o horário das aulas.

A conselheira Luana Pinto Maia informou também o Conselho de um e-mail que havia recebido de uma aluna que ainda espera um pedido de revisão de nota.

O discente Dr. Pedro Farmhouse interveio relatando a reiterada ausência de um docente de uma unidade curricular do Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica.

2. Aprovação das atas;

As atas foram aprovadas, com a abstenção dos Conselheiros que não haviam estado presentes nas reuniões em causa.

3. Calendário de testes escritos de avaliação contínua para o 1.º semestre da Licenciatura em Direito;

Pelas 16 horas e 15 minutos, a conselheira docente Dra. Inês Sítima entrou na reunião.

Sobre o ponto 3 da ordem de trabalhos, o Conselho procedeu a uma breve discussão, tendo havido anuência por unanimidade quanto ao Calendário de testes escritos de avaliação contínua para o 1.º semestre da Licenciatura em Direito. Alguns conselheiros consideraram que futuramente deveria existir uma maior desconcentração das datas dos exames, para não prejudicar de forma sistemática as mesmas unidades curriculares.



O discente Doutor Tiago Carneiro reforçou a cooperação da Escola que permitiu manter os dois dias de permissão entre frequências.

Depois de o Conselho se ter pronunciado favoravelmente e por unanimidade, a Senhora Presidente congratulou-se pelo resultado alcançado e, em particular, pelo empenho de toda a Escola, tendo agradecido as intervenções e sugestões dos docentes e do discente Doutor Tiago Carneiro.

4. Regulamento de Mestrado e Doutoramento: aplicação no tempo e fórmula de cálculo da média final do curso de mestrado em Direito e Ciência Jurídica;

O discente Dr. Pedro Farmhouse informou o Conselho sobre as dúvidas relativas à fórmula de cálculo da média final do curso de mestrado em Direito e Ciência Jurídica a aplicar aos casos de teses de excelência, dando nota que de momento se aguarda que o Presidente da Comissão de Estudos Pós-Graduados se pronuncie sobre a proposta apresentada.

5. Conselho de utilizadores da Biblioteca

Sobre este ponto, o Conselheiro discente Doutor Tiago Carneiro lembrou o Conselho das disposições regulamentares que consagram a existência do Conselho de Utilizadores da Biblioteca, referindo a necessidade e utilidade na nomeação de dois alunos para esta comissão, participando na seleção de livros e revistas jurídicas.

A este propósito, subscrevendo as palavras do discente Doutor Tiago Carneiro, a Senhora Presidente propôs um voto de louvor ao Senhor Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa, pelo trabalho desenvolvido em benefício de toda a Escola, docentes e alunos, na Biblioteca da Faculdade. O voto de louvor foi aprovado por unanimidade.

6. Queixa Pedagógica;

Na sequência da apreciação preliminar da queixa pedagógica apresentada pelo Senhor Professor Doutor Miguel Teixeira de Sousa, a que se havia procedido na última reunião, e tendo decorrido o prazo fixado para o contraditório da aluna visada sem que esta se pronunciasse, o Conselho deliberou por unanimidade:

«Considerando a ausência de resposta da Aluna visada; e

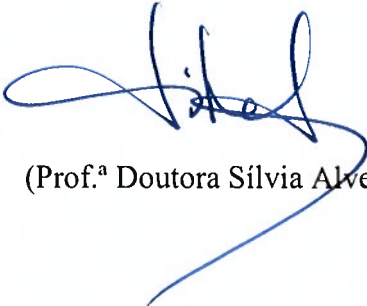
Considerando a gravidade extrema da factualidade descrita, o Conselho Pedagógico deliberou recomendar a instauração de processo disciplinar»

7. Regulamento de avaliação da Licenciatura

A Senhora Presidente deu breve nota ao Conselho sobre a informação entretanto obtida sobre a anualização das cadeiras e sua exequibilidade.

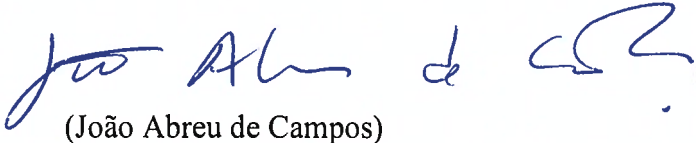
Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu por encerrada a reunião pelas 17 horas.

A Presidente do Conselho Pedagógico



(Prof.ª Doutora Sílvia Alves)

O Secretário do Conselho Pedagógico



(João Abreu de Campos)